



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MINAS GERAIS

1 Ata nº 304 da Reunião Plenária Extraordinária do Conselho Estadual dos Direitos da
2 Criança e do Adolescente - CEDCA/MG realizada aos vinte e nove dias do mês de
3 abril do ano de 2015, em sua sede localizada na Casa de Direitos Humanos, à
4 Avenida Amazonas, 558 - 7º andar - Centro - Belo Horizonte com início às 09:30h. O
5 Secretário Geral e Conselheiro Ricardo Augusto Zadra procedeu à **chamada dos**
6 **conselheiros** para verificação do *quórum*. Representantes da **sociedade civil**: foi
7 registrada a presença dos seguintes membros **titulares**: Hudson Roberto Lino
8 (Associação Beneficente Ágape), Ananias Neves Ferreira (Centro de Voluntariado ao
9 Menor CEVAM), Rita Ferreira da Silva Alves (Associação Instituto Solidário
10 Comunitário Assistencial), Sílvia Cristina Santos Batista (Associação 4 de Agosto –
11 Associação Mobilizadora de Ações e Resgate a Cidadania de Crianças e Itinerantes),
12 Petrúcia de Melo Andrade (Convenção Batista Mineira), Raymundo Rabelo Mesquita
13 (Inspetoria São João Bosco – ISJB), Maria de Fátima Mayrinck Brito (Titular -
14 Associação do Amor), Ivan Ferreira da Silva (Kinder Not Hilfe-KNH Brasil) e dos
15 seguintes membros **suplentes** da Sociedade Civil: Claudinei Santos Lima (Suplente -
16 Axé Criança); Carlos Roberto Beto da Silva (Associação de Deficientes do Estado de
17 Minas Gerais), Rodrigo Martins Antônio (Suplente - Fundação CDL). Em seguida, foi
18 realizada a chamada dos conselheiros representantes **governamentais**, sendo
19 registradas as seguintes **presenças**: Eliane Quaresma Caldeira de Araújo (Titular -
20 Subsecretaria de Direitos Humanos – SEDESE), Alessandra Martins (Suplente -
21 SEDESE), Ricardo Augusto Zadra (Secretaria de Estado da Fazenda), Vânia Lúcia de
22 Almeida (Titular - Secretaria de Estado da Educação), Elisabeth Terezinha de Oliveira
23 Dinardo Abreu (Titular - Polícia Civil/MG). **Ausências Justificadas**: Conselheiros
24 representantes da **sociedade civil**: Maria Margareth Pereira (Providência Nossa
25 Senhora da Conceição), Cleide Maria da Cruz (AMR – Associação Mineira de
26 Reabilitação), José Ismar da Costa (Sindicato das Instituições Beneficentes,
27 Religiosas e Filantrópicas do Estado de Minas Gerais - SINIBREF/MG , Érika Wendy
28 Nunes (Fundação Benjamim Guimarães / Hospital da Baleia). Governamentais:
29 Cleverson Natal de Oliveira (Titular – Polícia Militar do Estado de Minas Gerais -
30 PMMG), José Agnaldo Rodrigues - Capitão PM (Suplente - Polícia Militar do Estado
31 de Minas Gerais - PMMG). **Ausentes. Conselheiros da Sociedade Civil**: Eny
32 Lauriano Silva Araújo (Suplente - Pastoral do Menor Regional Leste II – CNBB), João
33 Alves Crisóstomo (Suplente - Associação Pingo de Luz). Conselheiros representantes
34 **governamentais**: Clodoália Nobre Barbosa (Titular- Secretaria de Planejamento e
35 Gestão - SEPLAG); Soraya Hissa Hojrom de Siqueira (Suplente - Secretaria de
36 Estado de Educação); Adriana Alves de Almeida (Titular - Secretaria de Estado de
37 Saúde), Rejane Alves (Suplente - Secretaria de Estado da Saúde), Giselle da Silva
38 Cyrillo (Titular - Secretaria de Estado de Defesa Social; Dep. Fabiano Galleti Tolentino
39 (Titular - Assembleia Legislativa de Minas Gerais), Deputado Ulysses Gomes
40 (Suplente - Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Convidados**: Registra-se a

41 presença dos seguintes convidados: Herbert Knupp do CMDCA de BH, Regina
42 Mendes, da FDC, Elizabeth Campos, representando o FEVCAMG e o FECTIPA,
43 Geraldo Lourenço, da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do
44 Adolescente (Gabinete do Vereador Pedro Patrus), Marla Paiva do Ministério Público,
45 Adriana do PAIR-BH. Após chamada e registro das presenças, o Presidente
46 cumprimenta o Major Dênio Sebastião e elogia a participação da PMMG no CEDCA.
47 O Secretário geral Ricardo Zadra procede à leitura do ato convocatório da Sessão.
48 Sem votos contra nem abstenções, foi aprovada a pauta, constituída dos seguintes
49 pontos: 1.Evento Comemorativo dos 25 anos da Lei Federal'8.069/90; 2. Fundo
50 Amigo; 3. Conferências dos Direitos. da Criança e do Adolescente; 4. Outras matérias
51 apresentadas na forma regimental; 5. Informes. O Presidente procede a leitura de
52 expediente do Ministério Público (23ª Promotoria da Infância e Juventude de BH) que
53 propõe uma articulação da rede com a finalidade de elaborar um calendário
54 comemorativo dos 25 anos do ECA. Neste sentido, o FEVCAMG juntamente com o
55 CEDCA estão propondo uma Audiência Pública na ALMG no dia 18 ou 19 de maio .
56 Esta audiência serviria também para comemorar os 25 anos do ECA. A proposta
57 inicial é de que os municípios também agendem uma comemoração para esta data.
58 Elizabeth Campos sugere um evento na praça da estação, convidados vários
59 segmentos das temáticas de direitos humanos, que se uniriam num banner humano e
60 apresentações em formato flash mob. Para o banner seriam necessários
61 aproximadamente 2 mil pessoas. A data seria 13 de julho. Adriana, do PAIR-BH
62 informa as datas comemorativas: 18 de Maio: mobilização nas regionais para m
63 entrega de flores confeccionadas por crianças nas escolas municipais. 12 de junho:
64 COL ampliada para discutir o trabalho infantil. O Conselheiro Claudinei dos Santos
65 Lima propõe a inclusão do interior. Ricardo Zadra propõe que todo o estado seja
66 mobilizado na mesma ação, no mesmo horário. Carlos Roberto Beto Silva propõe
67 painéis com avanços e desafios na política pública – o que ECA efetivou ou que não
68 efetivou. Herbert informa que o CMDCA tem previsão orçamentária para iniciativas
69 desta natureza, mas que o recurso dificilmente seria liberado antes do mês de julho.
70 Herbert menciona também que a participação e adolescentes nas conferencia de BH,
71 que aconteceu no dia anterior foi muito positiva e que eles tinham o ECA na ponta da
72 língua. A conselheira Vânia Lúcia Almeida propõe um concurso de redação nas
73 escolas estaduais de todos os municípios com premiação. A secretaria executiva
74 Marice propõe que o tema da redação seja os 25 anos do ECA. Para a conselheira
75 Vânia, para alcançar o Estado inteiro é através da escola, e alcançaremos também o
76 público que precisa ser escutado, e quem irá operar o estatuto no futuro. Regina
77 mendes propõe algo mais simbólico e que utilizasse o estado interior dentro da nova
78 configuração politica regional. Geraldo Lourenço disponibilizou o espaço da Câmara
79 de Vereadores de BH para uma Sessão especial. Marice Ceres propôs um concurso
80 de desenho com o tema: o ECA na ponta da língua. Assim, ao longo do tempo seria
81 construída uma marca, uma memoria de valorização do estatuto. Ivan Ferreira da
82 Silva propõe que os CMDCA's assumam esse protagonismo nos municípios. Assim,
83 no dia 13 de julho haveria uma sessão especial nos CMDCA's (as escolas estarão de
84 férias) ou um apitação nãos municípios e o banner humano. Para Beth Campos, o
85 horário deveria ser as 10:00hs, por ser mais estratégico. Para o resultado do
86 concurso seria realizada uma sessão especial na câmara de vereadores de BH, ou no

87 CMDCA ou na ALMG (com transmissão ao vivo). Vânia Lúcia Almeida sugere que a
88 redação seja lida ao vivo no estado inteiro, e, se possível, distribuída antes. 13 de
89 Junho: lançamento do concurso. 12 de Outubro: ou 21 de novembro: (dia da
90 prioridade da educação) seria feita a premiação especial. Dr. Ananias Neves Ferreira
91 propõe como premiação o custeio da educação do premiado, que na edição
92 comemorativa dos 25 anos do estatuto seja impressa a redação, que o vestibular da
93 UEMG traga esta temática e que em toda correspondência oficial seria impressa 25
94 anos do ECA. **Encaminhamento: Sem votos contra nem abstenções, foi**
95 **constituído o Grupo de Trabalho.** A próxima reunião do GT foi agendada para
96 quarta-feira dia 07 de Maio, 14:00hs. Em seguida, o Presidente apresentou a Plenária
97 o ofício CEDCA/MG 015/2015 que foi encaminhado à COINJ – Coordenadoria da
98 Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, dando cumprimento à
99 deliberação plenária originada na Sessão Plenária Regionalizada que aconteceu no
100 município de Montes Claros/MG. O Ofício solicita ao Egrégio Tribunal de Justiça,
101 através da Coordenação da Infância e da Juventude - COINJ, uma recomendação
102 aos Magistrados das Comarcas mineiras no sentido de dar efetivo cumprimento ao
103 **Provimento nº 36/2014 do CNPJ** a fim de que, sem prejuízo com respeito à
104 competência de cada um e de maneira interinstitucional, se estabeleça uma cultura
105 de cordialidade com uma relação desopressiva e harmoniosa dos Magistrados para
106 com os conselheiros, gestores e todos os integrantes do SGD das Comarcas. O
107 expediente é resultante de uníssonas manifestações sobre a forma coercitiva como
108 alguns titulares das comarcas direcionam suas requisições aos conselhos tutelares e
109 aos gestores municipais, gerando desconforto para o cumprimento pleno da política
110 de proteção à criança e ao adolescente, prevista na Lei 8.069/90 (ECA). A Sessão foi
111 suspensa para o almoço e retomada após as 14hs. Registradas as presenças da Sra.
112 Maria do Céu Moutinho (Receita Federal), Cassia Vieira de Melo (FDCA), Vander
113 Maciel (Oficina de Imagens), Marla Paiva (Ministério Público) e Dra. Maria de Lurdes
114 Santa Gema (Ministério Público - 23ª Promotoria da Infância e Juventude de BH). Na
115 pauta o evento “Fundo Amigo”, a data do evento é o primeiro aspecto objeto de
116 discussão: considerando que o dia 10 de outubro (data em que tradicionalmente se
117 comemora) será um sábado, o evento fica a princípio, antecipado para o dia 09 de
118 outubro. Quanto ao formato, este poderia ser variável conforme o público que se
119 pretenda atingir. Certo é que precisaremos trabalhar juntos na mobilização e
120 capacitação de gestores, contadores e empresários, que percebem dificuldades para
121 destinar. Maria do Céu argumenta sobre a dificuldade de tornar visível como se
122 processa a destinação. Dra. Maria de Lurdes Santa Gema manifesta a iniciativa de
123 mobilizar juízes e promotores em todas as comarcas, informando especificamente a
124 conta do Fundo, para que a informação seja disseminada. Segundo a Promotora, é
125 preciso enfrentar um problema que é cultural voltado para esta questão, e que para
126 tanto, é preciso investir num meio permanente de divulgação – “è um incentivo de lei
127 constitucional que volta pra você”. Foi sugerida a realização de um evento “fechado”
128 com 25 amigos do Fundo, seus principais destinadores. Maria do Céu salientou a
129 confusão em torno da terminologia, que trata como doação o que em verdade, é
130 destinação. Também foi sugerida uma pesquisa sobre como os outros Estados estão
131 atuando e trabalhando estas perspectivas de arrecadação. O Presidente, Dr. Ananias
132 Neves Ferreira investe na leitura de que o sistema precisa assumir o FIA, tendo em

133 conta o princípio da prioridade absoluta. Cassia Vieira de Melo indaga sobre o saldo
134 da conta do FIA e o conselheiro Ricardo Zadra responde que do montante de
135 aproximadamente R\$14.0000.000,00, apenas R\$4.000.000,00 constitui recurso
136 disponível para financiamento de projetos, estando os demais recursos já
137 comprometidos e/ou vinculados a outros projetos, em trâmite. Cassia Vieira de Melo
138 sugere que a questão da autonomia financeira do Conselho seja discutida na
139 Conferência. No dizer de Cassia Vieira de Melo, precisamos reencantar as pessoas
140 para destinar, investindo na mensagem de como se aplica o dinheiro, que hoje é o
141 efetivo aporte financeiro que temos nesta política. Apresentar a estes destinatários
142 que se faz com o recurso, mapeando os projetos em todo o Estado, dando visibilidade
143 à temática. Fazermos este levantamento de 2013 até hoje é uma tarefa possível, disse
144 a secretária Executiva do CEDCA, Marice Ceres e sistematizar aos dados
145 relacionando os projetos atendidos com o cumprimento do arts. 225 e 4º do ECA.
146 Para a Dra. Maria de Lurdes, será necessário um planejamento de várias ações, onde
147 estejam contempladas as apresentações da Prestação de Contas e dos Projetos
148 Financiados, uma estratégia de divulgação Permanente, utilizando inclusive da Rede
149 Minas e da TV ALMG, e o lançamento de cartilhas voltadas para o público específico:
150 empresários, destinatários, contadores e entidades. O lançamento das cartilhas
151 poderia acontecer no dia 09 de outubro, e produzido um grande volume para
152 distribuição. Na data comemorativa também poderiam ser convidadas cidades
153 menores que operacionalizam o fundo com eficiência, conforme exemplos de
154 destaque apresentados pelo Conselheiro Beto Hudson, sobre cidades do Vale do Aço.
155 O Presidente reivindica e manifesta contrariedade ao contingenciamento dos recursos
156 do FIA em período eleitoral. Segundo ele, obstáculo sistêmico ao atendimento das
157 demandas da infância e adolescência no Estado. O Conselheiro Claudinei Lima
158 sugere um mapeamento das principais demandas na área da infância e adolescência,
159 por região do Estado, e que o CEDCA contemple em Edital, as especificidades de
160 cada região. O conselheiro Ivan sugere a produção de um comercial. O conselheiro
161 Beto Hudson sugere uma campanha com os jogadores de futebol. Dra. Maria de
162 Lurdes Santa Gema sugere a instituição de uma Comissão para redigir a
163 proposta/projeto. **Encaminhamento:** Sem votos contra nem abstenções, fica
164 constituído o Grupo de Trabalho com os mesmos componentes que foram
165 convidados a esta reunião preparatória. Também serão convidados a COINJ do TJ, a
166 ALMG, SEDPAC, o Conselho Regional de Contabilidade, além dos conselheiros que
167 integram a Comissão de Orçamento e Finanças do CEDCA. A próxima reunião está
168 fixada para quarta-feira próxima, dia 06 de Maio às 14h. Passa-se ao terceiro ponto
169 da pauta: os conselheiros passam a **análise das conferências realizadas nos**
170 **municípios** das quais participaram e as dificuldades de muitos municípios em realizar
171 esta etapa. Relatam dificuldades de realização da etapa municipal em Juiz de Fora,
172 João Monlevade, Ipaba. A Conselheira Rita Ferreira da Silva Alves salienta que a
173 Resolução do CEDCA/MG que dispõe sobre a realização das conferências pelos
174 municípios, não estabelece punição caso o município não realize a conferência. O
175 Conselheiro Ivan Ferreira da Silva destaca que a confusão de prazos e a forma de
176 comunicação com os municípios, também prejudicou a realização, mas de qualquer
177 modo o CEDCA/MG tem favorecido a ampla participação buscando ajustar as
178 disposições as vezes controversas, do próprio CONANDA. Cassia Vieira de Melo

179 constata que as realidades são muito diversas para conferências e para os conselhos,
180 e também, mesmo daquilo que se propõe em termos de democracia participativa.
181 Segundo ela, os conselhos não estudam o conceito de democracia deliberativa, opera
182 na participativa, modelo previsto pela Constituição, cujo formato é previsto e com
183 base neste visam concretizar o princípio da participação. Antes do encerramento da
184 Sessão foram dados alguns informes pelo Presidente. Verificando que mais nada
185 havia a tratar nem a deliberar nesta data, o Presidente agradeceu a presença de
186 todos e declarou encerrada a sessão plenária ordinária, da qual foi lavrada a presente
187 ata, que é assinada por todos os conselheiros na forma e termos regimentais.